

Aviso n.º 670/2006

Por ordem superior se torna público que, por notificação de 16 de Dezembro de 2005, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificou ter a França comunicado a sua autoridade central relativamente à Convenção Relativa ao Processo Civil, adoptada na Haia em 1 de Março de 1954.

A autoridade nacional é a seguinte:

Autoridade competente de acordo com os artigos 1.º e 9.º da Convenção:

Ministère de la Justice, Direction des Affaires Civiles et du Sceau, Bureau de l'entraide civile et commerciale internationale (D3) 13, Place Vendôme, 75042 Paris Cedex 01;

Telefone: +33(1)44776452;

Fax: +33(1)44776122;

Endereço electrónico: entraide-civile-internationale@justice.gouv.fr.

Pessoas a contactar:

M^{me} Béatrice Biondi, *magistrat, chef du bureau* (línguas de comunicação: francês, espanhol e inglês);

Telefone: +33(1)44776634;

M. Michel Rispe, *magistrat, adjoint au chef du bureau* (línguas de comunicação: francês, espanhol e inglês);

Telefone: +33(1)44776578.

A República Portuguesa é Parte na mesma Convenção, a qual foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 47 097, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 162, de 14 de Julho de 1966, e ratificada em 3 de Julho de 1967, conforme aviso publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 196, de 23 de Agosto de 1967.

A Convenção encontra-se em vigor para a República Portuguesa desde 31 de Agosto de 1967, de acordo com o publicado no sítio da Internet da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado — www.hcch.net.

Departamento de Assuntos Jurídicos, 5 de Setembro de 2006. — O Director, *Luís Serradas Tavares*.

Aviso n.º 671/2006

Por ordem superior se torna público que, por notificação de 31 de Dezembro de 2005, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificou ter o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte comunicado a extensão da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças, adoptada na Haia em 25 de Outubro de 1980, à ilha de Jersey.

De acordo com o artigo 43.º, n.º 2, a Convenção entrou em vigor para a ilha de Jersey em 1 de Março de 2006.

A República Portuguesa é Parte na Convenção, a qual foi aprovada pelo Decreto n.º 33/83, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 108, de 11 de Maio de 1983. O instrumento de ratificação foi depositado em 29 de Setembro de 1983, conforme aviso publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 254, de 4 de Novembro de 1983. A Convenção entrou em vigor para a República Portuguesa em 1 de Dezembro de 1983, conforme aviso publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 126, de 31 de Maio de 1984.

A autoridade central é o Instituto de Reinserção Social, de acordo com o Aviso n.º 302/95, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 241, de 18 de Outubro de 1995.

Departamento de Assuntos Jurídicos, 5 de Setembro de 2006. — O Director, *Luís Serradas Tavares*.

Aviso n.º 672/2006

Por ordem superior se torna público que, por notificação de 21 de Dezembro de 2005, o Secretário-Geral das Nações Unidas notificou ter a Dinamarca comunicado a sua autoridade relativamente à Convenção para a Cobrança de Alimentos no Estrangeiro, adoptada em Nova Iorque em 20 de Junho de 1956.

De acordo com o artigo 2.º, n.º 3, da Convenção, a autoridade designada pela Dinamarca é a seguinte:

Familiestyrelsen (Department of Family Affairs), Stormgade 2-6, DK-1470 Kobenhavn K, Denmark.

A República Portuguesa é Parte na mesma Convenção, a qual foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 45 942, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 228, de 28 de Setembro de 1964. Depositou o seu instrumento de adesão à Convenção em 25 de Janeiro de 1965, conforme aviso publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 34, de 10 de Fevereiro de 1965.

A autoridade nacional competente é a Direcção-Geral da Administração da Justiça, que sucedeu, nos termos do artigo 31.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 146/2000, de 18 de Julho, à Direcção-Geral dos Serviços Judiciários.

Departamento de Assuntos Jurídicos, 5 de Setembro de 2006. — O Director, *Luís Serradas Tavares*.

Aviso n.º 673/2006

Por ordem superior se torna público que, por notificação de 17 de Março de 2006, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificou ter a Espanha comunicado a autoridade referente à Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças, adoptada na Haia em 25 de Outubro de 1980.

A autoridade é a seguinte:

Dirección General de Cooperación Jurídica Internacional, Ministério de Justicia, C/ San Bernardo, 62, 28015 Madrid, Spain; telefone: 349(1)3902095; fax: 34(91)3922383.

Pessoas a contactar:

Carmen Garcia Revuelta, *legal adviser*; telefone: 349(1)3904437; fax: 34(91)3902383; endereço electrónico: carmen.garcia-revuelta@mju.es;

Ana Santos Carbayo, *head of service of conventions*; telefone: 349(1)3902095; fax: 34(91)3902383; endereço electrónico: ana.santos@mjusticia.es;

Elisa González Sánchez, *head of section*; telefone: 349(1)3904273; fax: 34(91)3902383; endereço electrónico: e.gonzalez@sb.mju.es.

A República Portuguesa é Parte na Convenção, a qual foi aprovada pelo Decreto n.º 33/83, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 108, de 11 de Maio de 1983. O instrumento de ratificação foi depositado em 29 de Setembro de 1983, conforme aviso publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 254, de 4 de Novembro de 1983. A Convenção entrou em vigor para a República Portuguesa em 1 de Dezembro de 1983, conforme aviso publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 126, de 31 de Maio de 1984.